

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

● NÚMERO 29.819
● R\$ 4,00

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2024



EDÉSIO FERREIRA/EM/DA PRESS



PARIS 2024

CANOAGEM TERÁ ISAQUIAS E MAIS CINCO NOS REMOS

Dono de quatro medalhas olímpicas, Isaquias Queiroz vai liderar nos jogos de Paris a maior delegação da história do Brasil na canoagem, com mais cinco atletas. Em Lagoa Santa, na Grande BH, a seleção da modalidade faz treinos **(foto)** e preparativos finais antes do embarque.

NO ATAQUE, PÁGINA 44



DEGUSTA

DIA DE FESTEJAR A GASTRONOMIA DE MINAS GERAIS

Neste 5 de julho, Dia da Gastronomia Mineira, edição especial traz receitas para perpetuar consagradas tradições culinárias sem abrir mão da inovação à mesa. Com a palavra, três chefs que servem em seus pratos a fama, os ingredientes e os sabores da cozinha de Minas. **PÁGINAS 17 A 20**

QUARTO STUDIO/DIVULGAÇÃO

“O TRABALHO CONTINUA”

Prefeito de BH, Fuad Noman anuncia tratamento de linfoma e, em consenso com família e médicos, decide se manter na administração e na pré-campanha

JAIR AMARAL/EM/DA PRESS



FUAD NOMAN, AO FAZER O ANÚNCIO NA PREFEITURA DE BH: “NADA FOI FÁCIL PRA MIM, MAS EU SEMPRE VENCI. E VOU VENCER MAIS UMA VEZ”, RESSALTOU

Em comunicado feito ontem ao lado da esposa, do secretariado municipal e de aliados, o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), pré-candidato à reeleição, informou que vem se submetendo a tratamento após ser diagnosticado com linfoma não Hodgkin no abdômen, um tipo de câncer no sistema imunológico. O chefe do Executivo municipal disse que já passou por cirurgia bem-sucedida e que deu início imediato à quimioterapia. Fuad, de 77 anos, que assumiu a PBH após a saída do então prefeito Alexandre Kalil (PSD), deixou claro que permanecerá à frente do cargo e não pretende abrir mão da campanha. A decisão foi tomada nos últimos dias, após conversas com a mulher, Mônica Noman, os filhos e os netos, e com aprovação da equipe médica, que prevê “excelente prognóstico de sucesso no tratamento”, afirmou. “Continuarei sendo pré-candidato à reeleição, da mesma forma que planejei antes: trabalhando na prefeitura, ou como eu gosto de dizer, ‘prefeitando’ de segunda a sexta-feira, e fazendo campanha nos finais de semana”, disse, garantindo que não planeja abrir mão da rotina. O Instituto Nacional do Câncer estima que neste ano o Brasil terá 12.040 casos da doença enfrentada pelo prefeito, sendo 1.170 em Minas e 210 em BH. **PÁGINA 3**

ALIADOS E ADVERSÁRIOS SE SOLIDARIZAM E DESEJAM A FUAD PRONTA RECUPERAÇÃO

PÁGINAS 4 E 9



BERTHA MAAKAROUN

Há muito o diagnóstico de câncer deixou de ser tabu no meio político. José Alencar foi, além de vice-presidente leal, expoente nessa luta. Dilma anunciou um linfoma, retirou o tumor, tratou-se, foi eleita e reeleita; hoje, preside um banco. **PÁGINA 2**

ONCOLOGISTA FALA SOBRE A DOENÇA E TRATAMENTO: CHANCE DE CURA É ALTA

PÁGINA 8

PF INDICIA BOLSONARO E MAIS 11 NA APURAÇÃO SOBRE JOIAS. PGR AVALIA DENÚNCIA AO SUPREMO

PÁGINA 11

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

Respeite os créditos ao repassar ines249

5)

ESTADO DE MINAS ◆ TERÇA-FEIRA, 9/7/2024


D&J
 DIREITO & JUSTIÇA MINAS

E de que forma a função executiva que desempenhou no Grupo Zema agrega em sua gestão como governador do estado?

Agrega muito, porque faço questão de lidar com os recursos públicos com a mesma responsabilidade e cuidado que tinha com o orçamento da minha empresa. Ao longo dos anos, como gestor na iniciativa privada, aprendi que temos sempre que buscar ser cada vez mais eficientes para melhorar os resultados. Que qualquer economia que pode parecer pequena faz muita diferença quando se coloca em escala. Aprendi que os cargos de alta gestão precisam ser os primeiros a dar o exemplo de responsabilidade com os gastos. Aprendi que é preciso colocar metas a serem alcançadas e medir os resultados para saber se está dando certo, se precisamos fazer correções ou até mudar completamente o caminho que estamos seguindo. Todos esses são valores que eu trouxe da minha gestão privada para minha função de governador, e agora aplico na gestão pública. É claro que o setor público tem suas particularidades, uma burocracia maior, mas na essência não é diferente e, com alguns ajustes, o que dá certo na gestão privada, dá certo no setor público. Estamos provando isso com resultados. Todos os indicadores de Minas, em todas as áreas melhoraram. Gastamos o necessário em cada setor para sermos eficientes. Depois de mais de dez anos, Minas voltou a ter as contas equilibradas, ou seja, gastar menos do que arrecada. Já estamos no terceiro ano desse equilíbrio, que alcançamos em 2021. Conseguimos isso cortando onde precisa, e investindo mais onde era necessário como na saúde, segurança e educação.

O Brasil não tem tradição de ter como governantes profissionais experientes em gestão empresarial ou com formação em administração. Privilegia-se a experiência política e não executiva, tanto que os dois candidatos à presidência que polarizaram a última disputa eleitoral nunca tiveram formação em administração ou experiência em gestão. O Sr. acha que há espaço ou até mesmo necessidade de se buscar candidatos municipais, estaduais e federais com perfis mais técnicos ou com experiência executiva?

Com toda certeza acredito que o candidato deve estar preparado para a função que vai desempenhar e para ser um bom gestor. Ser um político eloquente, ter articulação, ser famoso e conhecido, tudo isso não vai adiantar se não houver uma boa gestão. É claro que a articulação política é importante e é necessária nessa função de governante, mas ela sozinha sem gestão não vai gerar resultados. Por isso acredito nos cargos mais técnicos. Eu tenho falado nos eventos em que participo para as pessoas mais jovens da área da gestão que pensam sempre como podem contribuir politicamente. Antes eu tinha certa aversão à política e demorei a perceber que as pessoas boas também têm que contribuir no debate político se quisermos melhorar esse país. Eu brinco que eu demorei 54 anos para perceber isso e agora estou compensando ajudando a melhorar Minas e incentivando que os bons gestores jovens de hoje se encorajem a participar dessa mudança política do Brasil.

Em recente visita a BH o presidente Lula disse que até aqui, apesar do curto tempo de governo, já investiu mais nas estradas de Minas, que o governo anterior. Isso é verdade? Onde estão sendo feitos estes investimentos federais em estradas de Minas?

Quem anda por Minas sabe que as estradas federais não estão recebendo a atenção do governo federal. Mesmo que os investimentos estejam maiores, as condições das estradas federais estão piores, o que demonstra que são necessários valores muito maiores do que estão sendo investido. A certeza que eu tenho é que o estado não recebe os investimentos que merece. Eu frequentemente pego a BR-262 para ir de Belo Horizonte a Araxá e é uma tristeza ver como os mineiros têm perdido tempo e arriscado suas vidas em estradas em que



DIVULGAÇÃO

houve várias promessas de melhorias e nada se concretizou. Essa é a mesma situação da BR-381, que continua, infelizmente, sendo a rodovia da morte, enquanto a tão sonhada duplicação não sai do papel. E posso citar vários outros exemplos de rodovias federais críticas. Então, é preciso mais investimentos do governo federal para Minas. No que diz respeito às estradas estaduais, depois de tirarmos Minas da situação fiscal que se encontrava, estamos recuperando mais de 3 mil quilômetros no maior programa de investimento em rodovias no estado dos últimos dez anos. Aos poucos, as obras vão sendo concluídas e as estradas de responsabilidade do estado estão em melhoria contínua.

Até hoje atingidos pelas tragédias de Mariana e Brumadinho buscam reparações e indenizações e, ao que se sabe, Samarco, Vale e BHP e a União estão discutindo propostas de acordo para Mariana. Uma vez concluído esse acordo, como será dividido esse quinhão entre União, Minas e municípios atingidos? Por que a União assumiu a condução dessa negociação?

É preciso separar bem que são situações muito distintas entre a questão de Mariana e de Brumadinho. Em Mariana, buscamos a repactuação do acordo firmado em 2016, pela ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-governador Fernando Pimentel, que foi muito mal feito e não trouxe reparação aos atingidos. O erro foi a criação da Fundação Renova, que consumiu bilhões de reais para pagar consultorias, perícias e não fez a reparação aos atingidos, que é o mais importante e a finalidade para qual ela foi constituída. Por isso, está se discutindo a revisão dos termos e valores desse péssimo acordo firmado lá atrás. Já o termo de reparação de Brumadinho, firmado pelo meu governo, está consolidado, é o maior valor da história do Brasil em reparação, R\$ 37 bilhões, e está em pleno vigor sem questionamentos. Mesmo ocorrendo mais de três anos depois de Mariana, a reparação de Brumadinho está muito mais avançada do que a de Mariana. Já fizemos diversas entregas de melhorias para as cidades da Bacia do Paraopeba. Estão sendo realizadas várias obras viárias, de novos

equipamentos de saúde, de assistência social. Muitas delas já foram concluídas. O que estamos tentando agora é renegociar o acordo de Mariana nos moldes do acordo de Brumadinho, que se demonstrou muito mais eficiente. A condução da renegociação da tragédia de Mariana é feita em conjunto pelo governo de Minas Gerais, governo do Espírito Santo, governo federal, além dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas respectivas de cada um desses entes federativos. Não há um protagonismo de um ente sobre outro na negociação. A mediação está sendo feita pelo Tribunal Regional Federal (TRF-6) por se tratar de uma tragédia que atingiu o Rio Doce que, por ser um curso d'água interestadual, a competência do julgamento é nacional, por isso a mediação no TRF-6. A participação na negociação é conjunta, os entes estão alinhados, buscando posicionamento único para garantir a devida reparação aos atingidos, que aguardam há quase nove anos sem um resultado efetivo. Os recursos serão divididos proporcionalmente ao tamanho da área e da população atingida em cada estado, cabendo à União ficar responsável pelas ações de reparação ambiental. Estou confiante que estamos perto de um acordo final para essa repactuação.

Quanto à dívida de Minas com a União, como o Sr. vê a federalização de Cemig, Copasa e Codemig? É interessante para o Estado ceder seus principais ativos, na medida em que, ao que se diz, suas avaliações não permitirão a quitação da dívida e sim de apenas parte dela, permanecendo o Estado devedor e, a partir de então, destituído de empresas estratégicas?

As empresas que estão sendo consideradas como viáveis para federalização são estatais que, na avaliação dessa gestão, já não deviam ser administradas pelo governo estadual, porque seriam mais eficientes em uma gestão privada. Nesse sentido, se houver uma avaliação justa do valor das empresas e a concessão de descontos no valor total da amortização para federalização desses ativos, poderíamos ter sim um grande avanço no controle da dívida do Estado. A nossa dívida com a União hoje gira em torno de R\$ 160 bilhões. A Codemig, a Cemig e a Copasa, juntas, podem valer mais de R\$ 60 bilhões. Se a União conceder um prêmio de amortização com ativos de 50%, ou seja, descontar da dívida R\$ 1,50 a cada R\$ 1 entregue de ativos, estamos falando de uma redução de R\$ 90 bilhões, que diminuiria quase 60% do valor total do estoque. A dívida cairia de R\$ 160 bilhões para R\$ 70 bilhões, tornando ela muito mais administrável dentro do orçamento do estado. Além disso, a entrega de ativos também poderia gerar uma redução de 1 ou 2 pontos percentuais da taxa de juros cobrada, que hoje é de IPCA mais 4%. Então é válida a discussão sobre a federalização.

Por fim, como executivo da iniciativa privada que se tornou administrador público, ou seja, que tem hoje experiência nos dois campos, qual conselho o Sr. dá para o jovem que está se formando e entrando no mercado de trabalho? Ele pode apostar no Brasil?

Eu aconselho sempre ao jovem no início de carreira a priorizar oportunidades, que vão lhe dar maior nível de aprendizado. Muitas vezes é melhor uma oportunidade que pode ser menos interessante financeiramente, mas que vai lhe proporcionar uma experiência e conhecimento que vão lhe garantir no futuro um crescimento na carreira, do que uma que pode até ser melhor financeiramente naquele momento, mas em que você não tem perspectiva de sair do lugar. Então, meu grande conselho é esse de não se acomodar com conhecimento e querer sempre aprender mais, porque assim vão crescer também na carreira e consequentemente terão melhores salários e rendimentos. E com certeza o jovem deve apostar no Brasil. Como eu disse, anteriormente, tem espaço na política para pessoas boas e competentes e é assim que vamos melhorar o país. ■

TRANSPORTE PÚBLICO é garantia para o cidadão.

Fretamento legal é COM circuito fechado.

Sindpas
 Para a vida seguir melhor
 Sindicato das Empresas de Transporte de
 Passageiros no Estado de Minas Gerais

www.sindpas.com.br

Legalpas



TRIBUNA DA ADVOCACIA

QUEM DEFENDE O SERVIDOR?



DIVULGAÇÃO

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

 MESTRE EM DIREITO PÚBLICO,
 PROFESSOR DE DIREITO
 ADMINISTRATIVO, ESCRITOR,
 CONSULTOR, CONFERENCISTA E
 PALESTRANTE

O setor público no Brasil gera um valor estimado em contratos com particulares na ordem de R\$ 32,41 bilhões. Quase a metade dos contratos firmados vem precedido de licitação.

Os servidores públicos dedicados ao tema de licitações sofrem, pelo menos, dois tipos de pressão: a necessidade de suprir as áreas fins da instituição com produtos de qualidade, com a regularidade necessária para evitar a descontinuidade de ações; de outro lado, a pressão do risco de ações do controle, administrativo e judicial. Risco, aliás, que tem um lado inerente à função pública: gerir recursos que não são próprios e prestar contas. Mas atualmente no Brasil há o risco da reputação, que não deveria ser risco da função pública, se a divulgação fosse da decisão e não da acusação. Aliás, raramente se divulga a decisão que inocenta.

De outro lado, as empresas também trabalham sob pressão quando exercem as suas atividades. Riscos inerentes à própria atividade econômica; pesada e injusta carga tributária, problemas de gestão e experiência que podem comprometer a existência da empresa. Corrupção ativa.

Quando negociam com órgãos públicos têm ainda outros riscos. Embora negado veementemente, o risco do "calote", da inadimplência, vem sendo coibido pela lei de várias formas: imposição do dever de pagar segundo a rigorosa ordem cronológica de execução e atesto; prazo para atestar as faturas, possibilidade de pagar o custo da mobilização em separado; possibilidade de pagar o custo de amortização em contratos mais longos. Havendo inadimplência, a cobrança, diferentemente do que ocorre com o particular, pode resvalar para as profundezas do regime do precatório e levar à ruína financeira da empresa.

Assim como servidores, as empresas também sofrem pressão para conquistar os negócios. O regime da licitação e da competição, guiados por regras detalhadamente previstas em lei que visam definir a seleção da proposta mais vantajosa. Nem sempre, porém, a proposta mais vantajosa será a vencedora.

Como a licitação é juridicamente qualificada de "procedimento formal" e o agente encarregado de julgar a licitação deve fiel observância à regra posta publicamente para a licitação, devendo curvar-se ao denominado princípio da vinculação ao edital, podem alguns detalhes impedir a seleção da proposta mais vantajosa.

E, se ultrapassada a fase no âmbito da administração pública, podem advir novos entraves. Não é suficiente apresentar a proposta mais vantajosa; não é suficiente julgar a proposta mais vantajosa.

No regime vivenciado na atualidade é necessário que cada lado da licitação, agentes



O adequado equilíbrio dos limites dos direitos e do abuso desses é um ideário constante do regime democrático e republicano

públicos e empresários, tenha consciência que é necessário esclarecer, diligenciar, recorrer quando o direito e os princípios estiverem coerentes com as decisões tomadas.

Um novo encargo que se impõe a todos, decorrente do regime republicano, numa perspectiva que todos se sentem autorizados a questionar os atos da administração pública e atuar como controlador.

É uma linha intermediária; não é a linha de chegada. Isso porque aos novos custos acrescidos haverá de haver uma evolução para que sejam também responsabilizados os que promovem denúncias e representações formando uma lide temerária.

O adequado equilíbrio dos limites dos direitos e do abuso desses é um ideário constante do regime democrático e republicano.

Na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, houve a preocupação de instituir a defesa do servidor que atua com licitações e contratos: desde que siga o parecer jurídico, mesmo após deixar o cargo, terá direito a defesa da advocacia pública, se assim lhe interessar. A garantia legal se coloca em linha com leis estaduais que já preveem esse direito: Acre (Lei Complementar nº 45/1994), Ala-

goas (Lei Complementar nº 07/1991), Amazonas (Lei nº 1.639/1983), Goiás (Lei nº 20.491/2019), Mato Grosso (Lei Complementar nº 111/2002), Pará (Lei Complementar nº 41/2002), Pernambuco (Lei Complementar nº 394/2018), Santa Catarina (Lei Complementar nº 317/2005), Rio Grande do Norte (Lei Complementar nº 593/2019) e Rio de Janeiro (Lei nº 6.450/2013), sendo essa última superior em qualidade em relação a outras.

O dispositivo da nova Lei de Licitações tem algumas imperfeições quando decide que não haverá o direito, se houver provas de culpa. A atecnia é grave, pois prova somente dá certeza de validade após assegurados os procedimentos de ampla defesa e contraditório, e por sentença é considerada. A pretensão de segurança jurídica, portanto, não foi erigido à estatura desejada.

Assim, o movimento pelo aperfeiçoamento da lei continua sendo exigido dos intérpretes e dos que são ouvidos pelo legislado.

Ao momento basta que os legislativos dos estados editem normas, a exemplo do que já fez o estado do Rio de Janeiro, respondendo no âmbito da federação "quem defende o servidor?". ■

FIQUE POR DENTRO



FREEPIK

NOVA LEI PREVÊ ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA AUTOMÁTICA E MULTA PARA CONDÔMINO

Em 28 de junho foi publicada a Lei 14.905/24, que alterou os arts. 289, 395, 404, 406, 418, 591, 772 e 1.336 do Código Civil.

Com as alterações, a atualização monetária passa a ser aplicada, em perdas e danos, independentemente de ter sido prevista em contrato. Segundo a nova redação do art. 289, parágrafo único "Na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou do índice que vier a substituí-lo".

E quanto aos juros, "quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal". E a este respeito, o parágrafo primeiro do art. 404 passa a definir que "A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do art. 389 deste Código".

Além disso, a nova lei define ao incluir o parágrafo primeiro ao art. 1.336 do Código Civil, que "O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito à correção

monetária e aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, aos juros estabelecidos no art. 406 deste Código, bem como à multa de até 2% (dois por cento) sobre o débito".

Estas alterações entram em vigor em 60 dias após a publicação da Lei 14.905/24, ou seja, em 28/08/2024.

PROIBIDA A PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICO

Na ADI 6.137 – Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil –, se alegou a inconstitucionalidade de legislação estadual do Ceará que proibia a "aerodispersão de agrotóxicos".

A relatora no STF, ministra Cármen Lúcia, destacou a prevalência dos princípios da precaução e prevenção na garantia de um meio ambiente equilibrado e, do ponto de vista técnico, fez-se referência a estudos sobre a retenção no solo e ar de agrotóxicos e sobre o seu potencial cancerígeno no longo prazo e intoxicante no curto prazo.

Por unanimidade, o plenário do STF reconheceu a validade de lei estadual, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará. ■

SEM TOGA

JORGE BERG DE MENDONÇA
 DESEMBARGADOR DO TRT 3ª REGIÃO


ARQUIVO PESSOAL

UM PRATICANTE DO BEM

O desembargador do TRT da 3ª Região Jorge Berg de Mendonça partilha vida singela, possui hábitos simples e trata suas amizades como tesouros. Trocar palmas de prosa, sem olhar os ponteiros do relógio, com os vários amigos nas diversas áreas (artísticas, musicais, futebolísticas, poetas, escritores, políticos, trabalhadores, empresários e empreendedores) é um seu prazer inmensurável. Por isso, não refuga um brinde à vida, em suas múltiplas nuances. Pode ser na leitura de um texto teológico ou mesmo filosófico. A batida do tamborim, do surdo e do pandeiro seduzem-no a ponto de, vez ou outra, se arriscar na letra de um sambinha. É de sua autoria, a título de ilustração, a composição da música de carnaval que saudou a Confraria do Vinho, da qual faz parte.

O magistrado cultua na religião o seu sentido mais literal, ou seja, o de re-ligar alma e coração ao uni-verso (união da diversidade). Ele acredita em reencarnação e vida extraterrestre, reverência o Papa Francisco "por sua prática vivencial" e se espelha em Dom Luciano Mendes de Almeida. "Tenho certeza de que não há acaso, então não consigo me ver praticante de uma religião específica, mas tento me re-ligar a todo instante com o Divino", justificou.

O desembargador ainda guarda na memória os dias difíceis de confinamento e o após epidemia de COVID-19 no país. "Nos impôs e nos impõe reflexões e adaptação em todas as vertentes vivenciais e, principalmente, para aquelas ligadas ao conviver e viver com as pessoas. O "julgar", ação presente

em todos os seres viventes, passa por uma transformação enorme a partir do momento em que estamos diante de uma ruptura e questionamentos mais céleres acerca de valores éticos, morais, culturais e religiosos. Neste contexto, exige-se do magistrado, além de uma percepção equidistante das paixões a dominar tais debates, um senso de equilíbrio social para que não se pratiquem violência contra os direitos humanos e garantias individuais", destacou.

Não fugindo do papel imposto no exercício do Estado-Juiz, acrescentou, o magistrado deve desempenhar na sociedade um papel agregador e de responsável pela paz social, razão pela qual sua participação em atividades sociais faz com que possa julgar mais próximo da realidade vivenciada pelo cidadão e sem implicar nessas ações "quebra" da independência de seu mister jurisdicional. E concluiu: "Eis aí a importância de se manter vida social próxima e consentânea com a realidade da população, com dizeres simples, sem encastelamento de cargo e com facilidade de acesso aos clamores dos mais sedentos de justiça". Jorge Berg é formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Faculdade Estácio de Sá, adido cultural do consulado do Grão-Ducado de Luxemburgo em MG e ES, voluntário de várias instituições beneficentes e conselheiro benemérito e membro do conselho de ética e social do Clube Atlético Mineiro. ■

PÓS - GRADUAÇÃO

 ELEVE O SEU CONHECIMENTO
 COM MAIS DE 400 CASOS REAIS

 MILTON CAMPOS O FUTURO
 SE FAZ COM HISTÓRIA.

 FACULDADES
 MILTON CAMPOS

 APROVEITE CONDIÇÕES ESPECIAIS
 INSCREVA-SE: POS.MCAMPOS.BR


A VOZ DO MP

♦ CONSELHO CONSULTIVO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: DÉCIO FREIRE (PRESIDENTE), FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO, ROBERTO CALDAS, LUIS FELIPE SALOMÃO FILHO E RODRIGO BADARO
 ♦ DIRETOR DE REDAÇÃO: CARLOS MARCELO CARVALHO ♦ EDITOR DO DIREITO & JUSTIÇA MINAS: MÁRCIO FAGUNDES OLIVEIRA ♦ EDIÇÃO DE ARTES: JULIO MOREIRA E ALEXANDRE PEREZ
 ♦ EMAIL: djminas@diariosassociados.com.br

JUDICIÁRIO LEGISLADOR?

ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM



DIVULGAÇÃO

MARCOS PAULO DE SOUZA MIRANDA
 PROMOTOR DE JUSTIÇA,
 COORDENADOR DO CENTRO DE
 APOIO OPERACIONAL ÀS
 PROMOTORIAS CRIMINAIS - CAOCRIM

Corria o longínquo ano de 1748, quando o célebre filósofo francês Charles Louis de Secondat (1689-1755), o barão de Montesquieu, publicou o seu clássico livro denominado "L'Esprit des lois", em que advertia de forma sábia que:

Se estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se estivesse unido ao poder executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as querelas entre os particulares.

A necessária tripartição das funções estatais apregoada por Montesquieu, por seu acerto e relevância, ganhou ampla adesão dos mais diversos países ao longo dos séculos e foi expressamente agasalhada pela Constituição Brasileira de 1988, que estabeleceu em seu art. 2º que "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

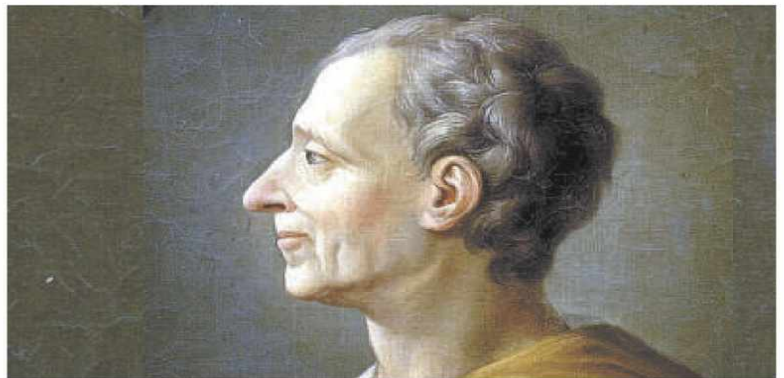
No campo do Direito Penal a Carta Magna foi expressa ao determinar que compete ao Poder Legislativo Federal legislar em tal seara (art. 22, I), ou seja, toca ao Congresso Nacional definir as regras relacionadas à criminalização de condutas e aos meios de processá-las.

Contudo, apesar da clássica advertência de Montesquieu e da clareza do nosso texto constitucional, percebemos que a necessária separação das funções estatais não vem sendo obedecida em nosso país nos últimos tempos, havendo, em nossa opinião, uma indevida intromissão do Poder Judiciário em temáticas afetas aos Poderes Legislativo e Executivo, o que contribui para um indesejado cenário de fricção institucional, perplexidade social e consequente insegurança jurídica.

Parece evidente que muitos dos julgadores integrantes, sobretudo, de nossas cortes superiores, divergem pessoalmente do conteúdo das normas vigentes em sede de Direito Penal, razão pela qual deixam de aplicá-las, às vezes adicionando anormalmente em nosso ordenamento jurídico regras criadas por eles próprios, em nítido exercício de competência que não lhes toca.

Exemplo concreto de tal fato foi o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da descriminalização do porte de maconha para uso próprio, ocorrido em 26 de junho do corrente.

Conquanto o Brasil seja signatário da Con-



venção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, elaborada em Viena, no ano de 1988, e tenha consequentemente optado, pelo Poder Legislativo, considerar criminalmente ilícita a conduta de portar cannabis para consumo próprio, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.659, houve por bem o STF descriminalizar tal conduta. Indo além, definiu critérios abstratos de diferenciação da conduta de usuários e traficantes, inovando o ordenamento jurídico brasileiro em detrimento do que havia sido positivado pelo Congresso Nacional por meio da Lei 11.343/2006, seguindo as regras estabelecidas constitucionalmente.

Não bastasse, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle administrativo interno do Poder Judiciário, tem reiteradamente se arvorado em legislador na área criminal e produzido, por meio de Resoluções, normas que afrontam o ordenamento legitimamente positivado pelo Poder Legislativo. Reconhecimento de pessoas, medidas de segurança, expedição de mandados de prisão e destinação de prestações pecuniárias são apenas alguns dos muitos assuntos que foram "normatizados" pelo CNJ nos últimos tempos, à revelia da Constituição Federal.

É certo que alguma coisa está fora da ordem.

Enfim, vivemos tempos de desnecessárias incertezas, o que nos faz desejar que o equilíbrio e a racionalidade no exercício das funções estatais apregoados por Montesquieu no século XVIII logo se transformem em realidade em nosso país. ■

A necessária tripartição das funções estatais apregoada por Montesquieu, por seu acerto e relevância, ganhou ampla adesão dos mais diversos países ao longo dos séculos

